



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004890-57.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato**  
 Requerente: **Clovis Rocha Cardoso**  
 Requerido: **Santander**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Clovis Rocha Cardoso propôs a presente ação contra o réu Santander, requerendo: a) a declaração de inexistência dos contratos UG0702320000077, DE0070201013576 e MP0702660000182; b) a condenação do réu no pagamento de indenização por danos morais em valor equivalente a 100 salários mínimos; c) a confirmação da tutela antecipada para exclusão definitiva do nome do autor junto ao SCPC e Serasa.

A tutela antecipada foi deferida às folhas 39.

O réu, em contestação de folhas 47/70, alega: a) que o autor não faz jus aos benefícios da justiça gratuita; b) falta de interesse de agir; c) que em apuração realizada pelo banco, ficou constatado que a conta corrente foi aberta pelo autor com a apresentação dos documentos conforme proposta de abertura de conta corrente; d) que o autor utilizava a conta corrente por meio de saques, crédito salarial, compras com cartão de débito, entre outras operações; e) que o autor contratou um empréstimo, porém não realizou o pagamento da última parcela; f) que o contrato contém a assinatura do autor; g) que o banco agiu no exercício regular do direito, inexistindo o dever de indenizar; h) que deve ser observado o princípio *pacta sunt servanda*.

Réplica de folhas 81/140.

Relatei. Decido.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Passo ao julgamento antecipado da lide porque impertinente a prova oral ou pericial.

De início, rejeito a preliminar de impugnação aos benefícios da justiça gratuita arguida pelo réu pelo fato de o autor ter contratado advogado particular.

O artigo 99, § 4º, do Código de Processo Civil, estabelece que a assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

Ademais, o autor instruiu a inicial com cópia de sua CTPS, comprovando sua hipossuficiência financeira (**confira folhas 37/38**).

Afasto a preliminar de falta de interesse de agir, diante do princípio da inafastabilidade da jurisdição.

Tratando-se de relação de consumo, uma vez que o próprio réu afirma que o autor era seu correntista, de rigor a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

#### **Nesse sentido:**

1006010-18.2015.8.26.0002 Ação de indenização por danos materiais – Conta corrente – Saques na conta não reconhecidos pela correntista – **Inversão do ônus da prova, considerada a hipossuficiência técnica do consumidor em produzir prova negativa do fato alegado** – Saques declarados indevidos – Ausência de prova nos autos de que foi a apelada quem realizou as transações bancárias – Indenização devida – Correção monetária incidente a partir de cada desembolso a fim de se permitir a recomposição do valor da moeda – Sentença de procedência – Manutenção – Recurso desprovido (Relator(a): Maurício Pessoa; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 14ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 25/02/2016; Data de registro: 25/02/2016).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

No mérito, sustenta o autor que, em meados de novembro de 2015, ao tentar realizar um empréstimo, não logrou êxito em razão de seu nome se encontrar negativado pelo réu, fato até então desconhecido, pois não possuía nenhum negócio jurídico com o réu. Ao dirigir-se à instituição financeira tomou conhecimento de que seu nome foi negativado junto ao SCPC e Serasa por conta de três contratos, de número UG0702320000077, DE0070201013576 e MP0702660000182, no importe de R\$ 371,28, R\$ 883,03 e R\$ 551,52, com vencimento em 17/08/2012, 17/08/2012 e 10/07/2015.

Não há como o autor produzir prova negativa de que não possuía nenhum relacionamento jurídico com o réu. Ao contrário, nos termos da legislação consumerista, competia ao réu instruir a contestação com os respectivos contratos e documentos pessoais utilizados para contratação de empréstimo, abertura de conta corrente e outras movimentações bancárias.

Todavia, o réu não cuidou em instruir a contestação com qualquer documento que comprovasse ter agido no exercício regular de direito, pois não demonstrou documentalmente a existência de relacionamento entre a instituição bancária e o autor.

De rigor, pois, a procedência do pedido de declaração de inexistência de relação jurídica.

Por outro lado, o autor instruiu a inicial com a pesquisa dando conta da inclusão de seu nome junto à Serasa, originado pelos contratos ora questionados realizados pelo réu (**confira folhas 33/34**).

O réu, por seu turno, como já dito, não instruiu a contestação com qualquer documento que demonstrasse a legitimidade da inclusão do nome do autor junto ao banco de dados do SCPC e Serasa, já que não logrou demonstrar, sequer, a existência do relacionamento entre o autor e o réu.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Trata-se de responsabilidade objetiva da instituição bancária a inclusão indevida do nome do consumidor junto aos órgãos de proteção ao crédito. É o denominado *damnum in re ipsa*.

**Nesse sentido:**

0000684-17.2011.8.26.0655 INDENIZAÇÃO – Danos materiais e morais – Ocorrência – Transações não reconhecidas pela correntista – Responsabilidade objetiva da instituição financeira – Ausência de prova que contrarie o alegado direito da autora - Danos materiais que devem ser ressarcidos - Dano moral in re ipsa - Indenização fixada a este título em R\$ 1.000,00 – Elevação para R\$ 10.000,00, valor adequado para sancionar a conduta do agente e conceder lenitivo à vítima – Sentença reformada – Recurso do réu não provido, provido o da autora (Relator(a): Paulo Pastore Filho; Comarca: Várzea Paulista; Órgão julgador: 17ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 25/05/2016; Data de registro: 25/05/2016)

De rigor, portanto, a procedência do pedido de condenação do réu no pagamento de indenização, a título de danos morais.

Considerando a condição econômica das partes e o caráter pedagógico da condenação, fixo o dano moral em R\$ 12.000,00, que certamente não importará em enriquecimento seu causa ao autor e tampouco em empobrecimento do réu. A atualização monetária deverá ter como termo inicial a data de hoje e juros de mora a partir do ato ilícito, considerando-se, para tanto, a data da inclusão indevida do nome do autor junto aos órgãos de proteção ao crédito (17/08/2012).

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de: a) declarar a inexistência de relação jurídica entre as partes, consistente nos contratos UG0702320000077, DE0070201013576 e MP0702660000182; b) condenar o réu no pagamento de indenização por danos morais em favor do autor, no valor de R\$ 12.000,00, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do ato ilícito, nos termos da fundamentação; c) confirmo a tutela antecipada, providenciando-se o necessário.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Sucumbente, condeno o réu no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor da condenação, ante a ausência de complexidade.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 13 de junho de 2016.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**